

Notas sobre a circulação de livros em Díli, Timor-Leste

Letras, lugares e cultura material

Daniel De Lucca - dandelucca@gmail.com

Resumo

A partir da impressão primeira de uma “escassez” de livros em Díli, este ensaio busca rastrear sua presença material na cidade de modo a decifrar alguns sentidos extra-textuais do livro. Após 1) introduzir o tema, 2) destaco o lugar do livro na história de Timor, 3) identifico significados envolvidos nas práticas de destruição dos livros, 4) assinalo os principais locais de reunião dos livros hoje na capital e suas conexões com dinâmicas societárias mais amplas, 5) e por último considero brevemente a entrada de livros no país e a relação destes com outros suportes textuais. As informações aqui presentes não são resultados de uma coleta sistemática em campo, mas decorrem do esforço posterior da organização de leituras, impressões e experiências vividas em Díli.

Livro, cultura material

Cheguei em Timor-Leste em fevereiro de 2012, integrando um grupo de professores-visitantes, brasileiros e portugueses, contratados pela Universidade Nacional de Timor Leste (UNTL) com o objetivo principal de apoiar na introdução do português como língua de ensino superior para as novas turmas que ingressavam no primeiro ano¹. Meu primeiro estranhamento foi, de fato, linguístico. Não tanto pela diferença com uma outra língua em particular, mas pela multiplicidade e profusão de distintos idiomas circulando, cruzando e tecendo as sociabilidades cotidianas na capital. Além das duas línguas oficiais – o português e o tétum-praça – e as duas línguas de trabalho – o inglês e o indonésio – reconhecidas pela constituição, há no

¹ Vivi, trabalhei e pesquisei em Díli por quase de dois anos. Entre fevereiro e novembro de 2012, atuei como professor contratado pela UNTL. Entre Abril de 2013 e maio de 2014, como professor bolsista do Programa de Qualificação de Docentes em Língua Portuguesa (PQLP) financiado pela CAPES. No conjunto deste período cheguei a ministrar na UNTL as seguintes disciplinas: “Sociologia”, “Antropologia”, “História de Timor-Leste” e “Instituições Nacionais e Internacionais”.

território uma variedade de 17 línguas locais maternas – de origem austronésia (maláia) e melanésia (papua) –, sem falar nas outras comunidades linguísticas estrangeiras instaladas no país, tais como a chinesa, a hindi, a francófona e a hispano-hablante. E é no espaço urbano de Díli, centro demográfico, político e econômico da República Democrática de Timor Leste (RDTL), que o plurilinguismo concorrencial assume sua máxima intensidade. Para viver ali a primeira regra interacional a aprender é: “antes de se comunicar com alguém, descubra em qual língua, ou línguas, o vai fazer”. Seja na pluralidade dos registros linguísticos grafados em placas e *outdoors*, seja na diversidade dos falares, a paisagem visual e sonora da capital me pareceu, desde início, marcada por este “excesso” linguístico.

Um segundo estranhamento foi ganhando corpo justamente a medida que avançava meu trabalho na UNTL. À época, a Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL) não possuía uma biblioteca acessível, meus alunos não tinham livros, meus colegas professores do Departamento de Políticas Públicas (onde inicialmente fui acolhido) também não o tinham, ou pelo menos diziam que não tinham e que precisavam de mais livros. Não havendo livros, era muito comum que professores e estudantes me pedissem títulos, bibliografia, textos e arquivos digitais. Ao visitar as poucas e principais bibliotecas de Díli também constatei a raridade dos livros através da pequenez dos acervos, sendo que os espaços utilizados para a disposição das obras, em sua quase totalidade, não eram maiores que uma sala de aula média. Assim, minha impressão a respeito da raridade dos livros na universidade, ultrapassou os muros dela, tornando-se, aos meus olhos, uma das características marcantes da vida social em Díli. Àquele meu primeiro estranhamento do “excesso” de línguas, veio portanto complementar-se um outro, o da “escassez” de livros.

Mas no contraste e na desigualdade dos termos, entre a “hiperpolifonia” e a “hipoliteratura”, pareciam haver trocas e alimentações recíprocas. Cheguei a escutar de um colega professor timorense da UNTL que o multilinguismo dificultava o desenvolvimento da cultura literária, já que no cotidiano das línguas misturadas a prática da oralidade é necessariamente rica e mutante, enquanto a da escrita mais pobre e rígida. Também ouvi uma explicação contrária, no sentido de que a ausência de livros e materiais impressos era o que permitia a profusão da diversidade das línguas e dialetos, pois não ajudava na fixação de uma linguagem comum ou na cristalização de normas comunicacionais partilhadas por todos.

Anunciado pelo Ministério da Educação como “o grande inimigo do país”, o “analfabetismo timorense” alcança hoje cerca de metade da população e parece situar-se como questão pública justamente neste meio de campo entre a “sobrecarga” das muitas línguas e a “subcarga” dos poucos livros². No entanto, excesso e escassez são categorias de mensuração, o que faz com que tais afirmações conectem-se diretamente ao padrão e à medida do sujeito que apreende e nomeia tal realidade. Assim, a perspectiva aqui esboçada está fortemente marcado por minha posição em campo. Criado numa sociedade monolíngue e educado em instituições onde o livro é valorizado e exaltado como objeto através do qual se acessa o mundo, meu campo de visão a respeito das línguas e dos livros esta aí circunscrito. Meu lugar como brasileiro estrangeiro, falante de português como língua materna e professor universitário, não são apenas componentes do lugar através do qual vejo e vivo Díli, mas também diferenças através das quais sou visto e interpretado ali.

Um traço marcante das interações cotidianas e públicas na FASPOL, e que no início me espantou muito, era o fato de não se presenciar muitas pessoas lendo nos espaços da instituição. Quando ocorria, tratava-se sobretudo da leitura de jornais e periódicos. Ou seja, ao lado da já comentada aparente “escassez de livros”, outra impressão viria se juntar, a da suposta “escassez de leitura”, ou pelo menos da leitura de livros enquanto atividade pública. Mas não vamos iremos tão longe. Importa que em minhas primeiras aulas naquela faculdade em 2012, aproveitei para lançar aos estudantes algumas das questões que então me intrigavam a respeito dos livros e da leitura. Perguntei quem dali já havia lido um livro todo, um livro inteiro. Podia ser em qualquer língua, sobre qualquer coisa e de qualquer tamanho. Em meio àquela grande sala de cerca de setenta estudantes, apenas cinco levantaram a mão. Haviam lido livros em língua indonésia que eram dos pais e estavam em casa. Estes pais, não por acaso, eram quase todos professores do secundário. Indaguei também se conheciam as bibliotecas e as livrarias da cidade. A resposta foi negativa e neste momento descobri que para os estudantes não era muito clara a diferença entre biblioteca e livraria.

O óbvio, então, se manifestou. O tipo de socialização oferecido pela universidade da capital era extremamente longínquo daquela promovida pela

² Um analfabetismo que, como bem demonstrou o antropólogo Jack Goody em outro contexto, também resulta da classificação etnocêntrica de uma cultura escrita sobre outra cultura cujos fundamentos de organização social e formas de pensamento se dão através de uma tradição que se comunica na e pela oralidade. Deste ponto de vista, falar em analfabetismo é insuficiente, pois apenas define a “falta” das competências de leitura e escrita, mas não especifica as outras competências envolvidas na produção de conhecimento através de um modo de comunicação determinado: o oral (Goody, 2012b).

socialização primária das famílias, das línguas maternas, do conhecimento oral e das relações comunitárias timorenses realizadas no ambiente das montanhas no interior do país e do qual a maioria dos estudantes eram originários. Esta distância acentuava-se mais ainda no que dizia respeito ao mundo das letras. Deste mundo, conheciam um pouco mais, apenas aqueles que na aldeia e, principalmente, em casa com os pais, foram iniciados nas atividades da leitura e da escrita. Ainda que fosse hegemônico o discurso que afirmava que a maior dificuldade do ensino em Timor-Leste estava na língua, ou mais precisamente no multilinguismo generalizado dos estudantes e professores timorenses, passei a discordar parcialmente desta explicação. Comecei a interpretar que o desafio da educação formal tão linguístico quanto de linguagem, a linguagem das letras e dos textos escritos. A partir de tais suposições passei, então, a encarar minha atividade de professor em ciências sociais de outro modo. Agora, como a de um iniciador ao mundo das letras, dos livros, da literatura e do pensamento escrito. E uma forma de introduzir concretamente os estudantes neófitos no mundo dos livros, era estudar, visitar e conhecer, junto como eles, as bibliotecas e as livrarias da capital.

Como as considerações iniciais deste texto foram suscitadas neste contexto de estranhamento, meu objetivo central aqui é problematizar a própria “escassez” de livros. Para tal, sigo alguns rastros que me levem não à “ausência”, mas à “presença” de livros na Díli urbana. Considerados no Ocidente como objetos especiais de saber, poder e desejo, os livros são historicamente tidos como receptáculos da cultura, reservatórios do conhecimento sobre o mundo. Daí toda a discussão sobre livros tender a tratá-lo sempre como cultura imaterial, sobretudo como peça chave dos sistemas literários.

Em Timor-Leste a oralidade é hegemônica. A voz fala mais alto que a letra. Com pouca tradição escrita, a literatura escrita timorense é diminuta e fragmentar, ainda que florescente, destacando-se aí o especial lugar atribuído à poesia. Já a prosa timorense foi quase toda escrita fora de casa, por autores situados na diáspora: Luis Cardoso, Domingos de Souza e Ponte Pedrinha (Damares, 2013). À pequena produção literária local soma-se um mercado consumidor de leitores ainda menor. Isso principalmente devido aos baixos níveis de letramento no país e ao baixo poder de compra e consumo da população. A pouca produção literária timorense em língua portuguesa é lida não pelos nacionais, cuja maioria letrada não domina o idioma de Camões, mas principalmente fora do país.

João Paulo Esperança, importante tradutor e crítico que vive em Timor a mais de dez anos, estabelece uma importante distinção entre “literatura timorense” e “literatura de Timor”. Enquanto a primeira diria respeito à produção escrita dos nacionais, a segunda se referiria a um conjunto mais amplo das narrativas ficcionais sobre Timor na qual incluem-se além de autores timorenses, também os estrangeiros. Esperança considera a segunda como constituinte de um corpus bibliográfico significativo enquanto a primeira não (Esperança, 2005). Assim, a literatura escrita timorense – e mesmo sua variante tetumófono que, segundo Esperança, “qualquer leitor pode ler num espaço de tempo relativamente curto TODOS os livros em tétum que existem” (Esperança, 2013) – é um trabalho emergente e em construção, tal qual outras instituições nacionais. Não havendo uma conexão que sustente a tríade autor-obra-leitor, tampouco uma tradição que articule temporalmente a herança transmitida e reproduzida geracionalmente no interior deste “triângulo indissolúvel” parece ser muito difícil falar num sistema literário timorense, ou pelo menos num sistema literário tal como Antônio Cândido o conceitua.

No entanto, apesar de me parecerem escassos, há livros em Timor. Mas existe livro sem leitores? Existe livro sem quem o leia? Roger Chartier, historiador dos livros e da leitura, responde que “pode existir como objeto, mas sem o leitor o texto do qual é portador é virtual” (Chartier, 2001). O historiador também nos lembra que o livro não se limita ao texto e como fato social, além de objeto de escrita e leitura, ele também é alvo de compra e venda, coleção e perda, motivo de proteção e censura, cuidado e destruição, justificação de status e estigma. Ou seja, pode-se fazer muitas outras coisas com os livros se transbordarmos as fronteiras analíticas circunscritas à prática do texto, a leitura e a escrita.

Appadurai, ao discorrer sobre a vida social das coisas, lembra que no pensamento ocidental há “uma forte tendência a opor ‘palavras’ e ‘coisas’” (Appadurai, 2008:16). E o livro enquanto coisa, não é centralmente considerado pela crítica literária que está muito mais atenta à palavra e ao texto que este objeto suporta. Sem negar ou reforçar tal divisão estou mais interessando aqui em destacar não tanto as palavras, mas sua matéria e seu suporte físico para identificar como os significados e valores atribuídos aos livros estão ligados aos contextos outros, tais como impressão, destruição, conservação, alocação, comércio e apropriação. Parto, portanto, da existência destes bens culturais como coisas, para daí tentar compreender melhor seus ambientes, sentidos e usos em Díli.

Num primeiro momento traço rapidamente o lugar do livro na história do território de modo a situar melhor a questão; a seguir exploro alguns sentidos envolvidos nas práticas de destruição dos livros; mais à frente reflito sobre os lugares dos livros hoje na capital e suas conexões com dinâmicas societárias mais amplas; por último considero brevemente o problema da circulação de livros no país e a relação destes com outros suportes textuais. As informações aqui presentes não são resultados de uma coleta sistemática em campo, mas decorrem do esforço posterior da organização de impressões, ideias e experiências vividas por mim por em Díli. Assim, este ensaio é motivado pelo meu assombro inicial e as considerações que seguem não buscam alcançar grandes conclusões.

Livro na história

Ainda que o analfabetismo constitua hoje uma questão pública importante na República Democrática de Timor-Leste (RDTL), é necessário considerar que a introdução da tecnologia escrita na ilha inscreve-se num processo de longuíssima duração no qual grandes parcelas da população sempre estiveram excluídas do mundo das letras. O início do século XVI é o momento em que se reconhece, sobretudo aos olhos do império português, o início da história de Timor. Ainda que existam registros escritos do século XIII a respeito da presença chinesa e javanesa na ilha em busca de sândalo e tributos, o fim da pré-história de Timor é tido como vinculado à chegada da cultura escrita europeia (Gunn, 1999; Thomaz, 2002; Durand, 2010).

Na história colonial portuguesa a sucessiva implantação da imprensa nos territórios d'além-mar inicia-se na costa sul da Ásia continental, passando pela América Sul Atlântica, pela África e, por último, à Insulíndia, região de Timor. Em Macau, cidade de possessão portuguesa localizada no litoral sul da China, assim como Goa, localizada na costa oeste do subcontinente indiano e transformada em capital do Império Português do Oriente, a imprensa foi levada em meados do início do século XVI (Garmes, 2004:16). No Brasil a criação de oficinas tipográficas só foram liberadas após 1808, com a fuga da família real das guerras napoleônicas para sua maior e mais importante colônia. Já em África, o primeiro periódico foi fundado em 1845, em Angola (Chaves, 1999). A história da difusão da imprensa no interior do império português revela a posição de Timor no espaço e tempo de um sistema colonial que concentrou seus investimentos primeiro na Índia e China (civilizações que já possuíam uma escrita própria), depois no Brasil e, posteriormente, em Angola e

Moçambique. Assim, na ilha de Timor a lenta difusão da escrita, da imprensa e do livro só ocorreu muito tardiamente e de modo muito precário.

Com efeito, a história das letras e do letramento em Timor está diretamente ligada ao trabalho missionário. O que nos faz indagar se e como as ordens católicas não induziram a certos modelos de escrita e leitura, ou então estabeleceram restrições às condições práticas do escrever e do ler³. Até 1880 não havia em Timor uma biblioteca ou um teatro. Em 1885, o primeiro catecismo católico em língua tetum foi publicado, sob o aval do bispo de Macau, na China. Em 1898, foi criado o Colégio Jesuíta de Soibada, então, a única instituição de ensino secundário no território. Em 1910, a rede de ensino primário existente era constituída por apenas nove escolas. Em 1952 foi criado o Liceu de Díli e em 1965 surgia a primeira escola técnica da província ultramarina. O chamado ciclo preparatório, correspondente ao ensino médio no Brasil, chegou ao interior de Timor somente em 1972 (Thomaz, 2002). E com o pequeno crescimento do sistema de ensino, os livros metropolitanos começam circular mais. Contudo, ainda eram uma raridade. A única língua ensinada sempre foi o português, a despeito das inúmeras línguas nativas e de outras tantas presentes nas pequenas comunidades estrangeiras.

Na possessão mais distante e pobre do império, a imprensa começa a se desenvolver apenas após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, os textos encontrados na ilha não eram livros, mas em sua maioria manuscritos⁴. Impressos através de técnicas tipográficas muito simples, no início dos anos 1970 haviam três periódicos circulando no Timor Português: *Revista Seara*, fundada em 1948 pela Diocese de Díli, com o objetivo primeiro de evitar o isolamento dos missionários espalhados pelo interior; *A Província de Timor*, de responsabilidade da instituição militar local, o CTIT (Comando Territorial Independente de Timor) que buscava

³ A relação entre a língua portuguesa e as línguas de Timor foram mediatizadas inicialmente pelo trabalho da igreja, fazendo com que temas cosmológicos e conceitos nativos fossem introduzidos, pela primeira vez, à cultura escrita europeia através de tradutores preocupados, em primeiro lugar, com a salvação e a conversão das almas. Penso aqui, sobretudo, nas traduções já canônicas do tétum para o português onde o trânsito de certas palavras gentílicas destacadas de seu contexto foram completamente convertidas ao olhar católico: *maromak*, entidade nativa, luminosa e que vagueia em meio a outros seres sobrenaturais que acabou por ser definido como o único “Deus” de um regime monoteísta; *lulik*, palavra cujo significado mais se assemelha à noção polinésia de *tabu*, implicando pessoas e coisas numa relação ritual, foi definida como “sagrada”; o que fez com que a *uma lulik*, casa ritual timorense onde se cultua a ancestralidade da família ou clã, fosse traduzida como “casa sagrada”, “templo” ou até mesmo “igreja”. (Rosa, 2012)

⁴ Segundo Chartier, o manuscrito é um forma de reprodução textual que é marcada pela maior proximidade entre a prática da escrita e da leitura, podendo ser apagada ou alterada mais facilmente que o texto impresso, e por isso mesmo, mais dependente de uma relação de confiança entre escritor e leitor (Chartier, 2001:37).

divulgar questões ligadas ao exército e seus interesses corporativos; e a *Voz de Timor*, que, apesar deste nome, não tinha como objetivo dar voz aos timorenses, mas sim ao governo da província, divulgando atividades administrativas, cerimoniais de inauguração e boletins informativos vinculados ao funcionalismo civil (Pires, 2000).

O hoje consagrado historiador e linguista português Luiz Filipe Thomaz, que na juventude prestou serviço militar em Timor no início dos anos 1970 e assumiu a chefia da redação do semanário *A província de Timor*, ao analisar a situação da língua portuguesa no período comenta:

O português é, aliás a única língua normalmente escrita, pois a despeito da impressão de alguns dicionários, métodos, catecismos, livros de orações e resumos da bíblia em tétum e em galoli, nunca se impôs o uso escrito das línguas vernáculas. (...) O português nunca chegou a tornar-se a língua de comunicação oral (...), é naturalmente a língua materna dos raros europeus criados no território, bem como da maior parte dos mestiços, cujo número, segundo o censo, era, em 1970, de 1.939. (Thomaz, 2002:143).

Enquanto as “guerras do ultramar”, tal qual os portugueses as chamavam, ou as “guerras de independência”, tal qual os movimentos de libertação as nomeavam, se intensificavam em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, Díli era uma sociedade colonial tranquila e distante de tais acontecimentos – distante devido, principalmente, ao controle de informações agenciado pela PIDE, a polícia de inteligência portuguesa. A ilha era vista com bons olhos por muitos oficiais do exército como uma espécie de refúgio frente às truculências do regime ditatorial e dos sangrentos conflitos vividos em África. Assim, militares progressistas lá aportavam trazendo consigo ideias e livros vistos como subversivos. Luís Cardoso, considerado atualmente o maior romancista timorense, em obra de características autobiográficas, narra este momento como condição para a troca do livro sagrado da igreja por uma nova literatura, a da insubordinação.

E foi nesta altura que chegaram da metrópole alguns jovens oficiais milicianos, muitos deles punidos com a tropa por atividades políticas nas universidades e cujas mulheres passaram a leccionar no liceu e municiaram o meu conhecimento com literatura clandestina. (...) Como outrora fazia publicamente com o livro bíblia à luz do petromax, devorava assim, à luz da pilha durante madrugadas ‘Pele Negra, Máscaras Brancas’ de Frantz Fanon e ‘A Mãe’ de Gorki. (Cardoso, 1997:79)

Diferente do contexto colonial africano, onde gestavam-se literaturas nacionais em formação, a prática da escrita como resistência e a decorrente politização do texto, da literatura e dos livros era quase nula na ilha, tangenciando apenas uma pequenina elite assimilada. A formação desta *intelligentsia* timorense, letrada e crítica, inicia-se nos setenta, muito mais tarde que em outras províncias ultramarinas, como explica em sua autobiografia Abílio Araújo, importante escritor e autor do país, além de um dos primeiros timorenses a ir estudar na Metrópole.

É legítimo afirmar que, na minha geração, os poucos jovens universitários timorenses em Lisboa corresponderam, 20 a 30 anos mais tarde, à vaga de saída de personalidades como Amílcar Cabral e Agostinho Neto, entre outros líderes das colónias ultramarinas, que iam para a Metrópole em busca de formação académica. Ao analisar o desenvolvimento do processo histórico de Timor em comparação com o dos outros territórios portugueses ultramarinos, ou mesmo de outras regiões no Sudeste Asiático, pode-se constatar que em Timor, seja pela longa distância ou pelo nível de desenvolvimento do território, o despertar da consciência de identidade nacional começou tarde, apenas nos anos 70. (Araújo, 2012:95)

Em seu importante livros sobre a origem e a difusão dos nacionalismos, Benedict Anderson identifica no capitalismo de imprensa um lugar chave para a compreensão da formação de comunidades imaginadas entre leitores que se desconhecem mas passam gradativamente a construir pressupostos semelhantes (Anderson, 2008). Mas um Timor colonial com um fraco mercado consumidor, poucos textos impressos e poucos letrados, fez Benedict Anderson, em outro artigo, perguntar-se como foi possível o nacionalismo timorense desenvolver-se tão rápido. Como resposta o autor destaca que a formalização do tétum-praça como língua da liturgia católica, em oposição à religião islâmica e à imposição da língua indonésia, constituiu o campo autônomo no qual a experiência solidária do sofrimento timorense poderia ser comunicada através de uma retórica salvacionista. Ao identificar o nacionalismo timorense com esta literatura oral católica e tetumófono, Anderson reforçou em sua explicação a importância da língua tetum-praça, do catolicismo e, sobretudo, da prática oral na vida social timorense. Contudo, em sua análise o autor não considerou que a diminuta criação literária e musical timorense efetuada nos anos setenta que teve fundou os alicerces dos principais símbolos nacionais no contexto do colonialismo português, mas que depois seriam difundidos e resignificados no período da ocupação indonésia. Dentre estes emblemas pode-se destacar-se o conceito de

“Povo Maubere” utilizado para se referir e exaltar a cultura popular timorense, além dos poemas de Borja de Costa que depois foram transformados em canções como *Kdadalak Suli Mutuk*, *Foho Hamelau* e o hino nacional “Pátria Pátria”.

Com a Revolução dos Cravos em 1974 iniciou-se a organização dos partidos políticos em Timor⁵. O que levou a uma guerra civil sucedida pela invasão indonésia de 1975. Esta invasão fez com que boa parte dos livros e materiais impressos do território fosse destruída e queimada. A condenação dos livros, era a outra face da perseguição indonésia à pequena elite timorense e mestiça, suas ideias nacionalistas e a língua escrita utilizada, o português.

O já citado Borja da Costa é exemplo vivo da violência indonésia para com os ideários nacionalistas em gestação naquele momento. Diferente de Abílio Araújo e Luís Cardoso que não se encontravam na ilha quando do desembarque das tropas indonésias em Díli, Borja da Costa foi assassinado na mesma manhã da chegada do exército invasor à capital. Mas seu nome fazia parte de uma lista maior, com o endereço das lideranças e dos intelectuais timorenses marcados para morrer. Com a morte do autor buscava-se matar suas próprias ideias escritas em verso, mas que depois se espalharam e se disseminaram pelo território e além dele. Sendo cantadas pelos timorenses como símbolo da resistência de um povo e da afirmação de uma nação.

Durante os vinte e quatro anos de ocupação indonésia, a modernização adentrou compulsoriamente no território através dos meio de comunicação de massa: filmes, mídia impressa, rádio e televisão. A imposição de uma nova língua e de um novo conceito de Estado se dava, também, através da incrível expansão do sistema educacional cujas instituições agora capilarizavam-se por todo território. Contudo, devido ao fechamento da ilha pelo Estado de exceção imposto pelo invasor, poucas informações se tem a respeito dos livros neste período. Geoffrey Gunn, pesquisador e militante pela questão de Timor-Leste, comenta sobre sua visita ao território durante a ocupação:

Os únicos livros que podiam ser encontrados em Díli durante o regime indonésio eram de origem indonésia e geralmente voltados para suprir as

⁵ Três foram os principais partidos criados em 1974: a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) que reivindicava imediatamente a independência de Portugal; a UDT (União Democrática Timorense) que buscava a independência, mas após um longo período de transição no qual permanecia com a Metrópole; e a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor-Leste) que defendia a integração com o país vizinho, a Indonésia.

necessidades curriculares de as crianças serem obrigadas a frequentar escolas indonésias locais. Na realidade, nenhum dos livros em língua indonésia encontrados por mim à venda em Díli falava diretamente aos timorenses. Entretanto, o advento da livraria Gramidia em Díli, em 1998, foi um grande ganho para Timor-Leste. Finalmente podia-se comprar a edição indonésia do livro de John Taylor (Gunn, p. 50)

A observação de Gunn denota perplexidade a respeito da ausência de livros disponíveis que dissessem respeito à Timor e aos timorenses. Um destaque foi a oferta do livro *Indonesia's Forgotten War: The Hidden History* de John Taylor (1991), na livraria Gramidia, estabelecimento que não existe mais na Díli pós-independência.

Entre os legados da ocupação indonésia em Timor no que se refere ao manuseio de livros e textos, pode-se destacar a formação de uma alargada geração letrada em língua indonésia nos moldes do arquipélago, na qual as burocracias do Estado e as mídias de massa são os suportes textuais fundamentais para as práticas de escrita e leitura. Em 1999, após o referendo organizado pela ONU e a decisão de quase 80% da população do território pela independência, testemunhou-se a retirada do exército indonésio, cujo movimento, acompanhado por milícias timorenses pró-indonésia, deixaram um rastro de devastação: 75% da infra-estrutura do país foi arrasada, assim como 90% das escolas e seus livros, também 80% dos professores e administradores escolares deixaram o país (Scherl, 2007:257). Explicada está, agora, o razão de minha impressão inicial a respeito da “escassez” dos livros: não em função de alguma qualidade intrínseca de seus portadores, os timorenses, mas resultante da própria história de conflito e destruição vivida no território.

Sentidos da destruição

Em maio de 2012, num dia de semana na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL), frente a uma sala cuja porta estava sempre fechada, encontrei algumas pessoas a carregarem livros. Os retiravam de dentro daquela sala outrora impenetrável, agora escancarada. Eram muitos livros e estavam em péssimo estado. Na sala, que cheirava mofo, viam-se janelas quebradas e paredes escuras e descascadas pela umidade. Da lâmpada pendurada ao teto, gotejava uma água suja que cobria quase todo o chão do recinto com uma fina lâmina de meleca sórdida. Junto com alguns alunos e colegas professores na UNTL, trabalhamos numa espécie de regime de urgência, separando imediatamente “aquilo que poderia ser salvo

daquilo que não”. E os “que podiam ser salvos” eram basicamente os livros que não estavam em contato direto com o piso ou a água que caía do teto e das paredes.

Eram livros em língua portuguesa que versavam sobre temas heterogêneos como engenharia, física, biologia e filosofia. Nada de literatura, também quase nada sobre Timor. Todos voltados à educação ou à formação profissional. Ao indagar sobre a origem daqueles livros, uma professora portuguesa respondeu-me que foram uma doação da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) feita em 2009. Segundo ela, que disse estar presente em Díli no momento desta doação: “estes livros estão aqui, trancados e estragando há pelo menos dois anos. Desde que eu cheguei em Timor neste ano estou tentando descobrir onde eles estão. Foi um funcionário que me falou de uma sala aqui que estava trancada e cheia de livros”. Quando perguntei a ela se era comum aquilo que havia me parecido um “desleixo” com os livros, a mesma colega me respondeu: “não se espante com a falta de cuidado com os livros. Quando trabalhei aqui em 2008 e 2009, cheguei a ver funcionários e estudantes da UNTL atarem gasolina e fogo em pilhas de livros no pátio da Faculdade de Direito só porque estavam ocupando uma sala e eles precisavam de mais espaço”. Ao descrever com indignação o ocorrido, concluiu o relato em tom de amargura: “aqui em Timor, nem dentro da universidade as pessoas dão importância aos livros”.

Após aquele nosso primeiro trabalho com os livros, que implicou na seleção de cerca de quinhentos títulos que ali estavam, seguiu-se um segundo, de organização e classificação da heterogeneidade dos títulos, e um último trabalho, que terminou por levar, negociar e entregar as obras nas Faculdades cujos cursos ofertados se relacionavam com os conteúdos escritos. Nunca cheguei a ouvir uma confirmação, uma versão alternativa ou mesmo uma negação, a respeito da “queima de livros no pátio da faculdade”. O máximo que consegui a respeito do evento foi comentários do tipo: “é... isso bem que pode ter acontecido”. Verdadeira ou não, aquela imagem me marcou, parecendo forte o bastante para estabelecer comparações com outros cenários de destruição em Timor na qual a morte física dos livros é produzida intencionalmente⁶.

⁶ Vale considerar que em Timor-Leste as práticas de queimar objetos, imóveis e patrimônios, deveriam ser entendidas numa escala espaço-temporal mais ampliada. Tais atos foram comuns no contexto do referendo de 1999, mas também ocorreram em outros momentos, como nos conflitos entre grupos de jovens durante a grave crise vivida pelo país de 2006, ou então, durante as eleições de 2012, quando as campanhas tomaram as ruas e os conflitos de caráter político-partidário assumiram formas mais violentas. Além disso, é comum o uso do fogo e fogueiras para a queima diária de lixo no espaço público das ruas de Díli, sem falar nas periódicas queimadas das árvores e da cobertura vegetal que

Como se sabe, a destruição dos livros em 1975 esteve ligada à condenação da própria língua escrita vigente, pois as ideias e os discursos políticos a ela associados, bem como seus usuários, falantes, leitores e escritores, eram vistos como perigosos. O ataque aos livros inseria-se na produção de uma violência que buscava eliminar os riscos e perigos, mas não tudo aquilo que o novo Estado ocupante poderia se utilizar. Como uma “iconoclastia escritural”, muitos dos livros e textos em língua portuguesa foram entendidos neste momento histórico como ameaças à nova autoridade que se impunha⁷.

Já em 1999, com a saída do exército invasor, a queima dos livros, textos e documentos escritos na própria língua do Estado ocupante, relacionou-se não a uma suposta ameaça escritural, mas ao sentimento de ingratidão e vingança, vivido por indonésios e por timorenses pró-indonésia, que interpretaram o resultado do referendo como um ato de traição: “se eles escolheram ficar sem a Indonésia, então também escolheram ficar sem as coisas boas que a Indonésia trouxe”. Em 1999 a destruição dos livros fazia parte, portanto, de uma destruição muito maior e menos seletiva, mas cuja explicação se podia ler nas paredes das ruas de Díli: “Indonésia ou morte”.

Ainda que com intenções diferentes, as destruições dos livros na entrada e saída do exército indonésio, compartilhavam pelo menos um objetivo comum: o apagamento de uma história registrada pela escrita. Já no caso da destruição dos livros na UNTL, cuja escala é muito mais circunscrita e reduzida que as anteriores, o objetivo não foi reprimir uma história escrita, tampouco tratava-se de iconoclastia escritural ou vingança. Segundo o relato, queria-se adquirir mais espaço para estudo, eliminando os objetos que ocupavam a sala.

Com a entrada em massa de novos estudantes na UNTL, a falta de salas de aula é um problema comum, e pelo menos na Faculdade de Ciências Sociais é uma

envolve a cidade. Quero sugerir com estes exemplos, que talvez seja mais produtivo interpretar a “queima de livros”, não como uma atitude isolada em relação a estes objetos, e mais como uma experiência inserida no interior de um repertório de ação coletiva comum.

⁷ Claro que na língua portuguesa, escrita e oral, habitava a ameaça de uma diferença cultural, local ou nacional que o Estado indonésio queria agora suprimir. Mas tratava-se muito mais que uma ameaça identitária, pois de comunicação estratégica na medida em que a língua portuguesa não era compreendida pelos soldados de Suharto (Lutz, 1995) e, por isso mesmo, tornara-se a língua da resistência armada e diplomática, sendo utilizada no intercâmbio de documentos escritos entre líderes timorenses dentro e fora do território. Esta bibliofobia inicial fazia parte, portanto, de uma política lusófoba mais ampla por parte do regime indonésio.

questão séria⁸. Ainda que a intenção primeira não seja a eliminação dos livros, podemos considerar que sua má conservação num recinto inapropriado e cheio d'água também é um cenário de destruição. Há, portanto, um vínculo entre o ato de “queimar os livros no pátio” e o de “colocar os livros num lugar onde não atrapalhe”. Em ambas situações os livros são tratados como excesso a ser liberado, num caso se elimina com fogo e no outro exclui-se do campo de visão e de sociabilidade. Nas duas situações o livro aparece como volume incômodo e coisa com a qual não se sabe muito bem o que se fazer. E se o espaço das salas foi interpretado como condição material necessária para os estudos, parece que os livros não foram entendidos do mesmo modo.

Importa considerar que em todos estes casos, a destruição dos livros não é igual e não pode ser interpretada do mesmo modo. Seus sentidos são outros. Suas diferenças existem na medida em que estas ações inscrevem-se em contextos com sujeitos, objetos e relações distintas, caracterizadas historicamente, em termos políticos, pela: entrada do Estado indonésio em 1975; saída do Estado indonésio em 1999; e a construção do Estado timorense e suas instituições a partir de então. Deste modo, a descontinuidade dos regimes de poder articula-se com a descontinuidade cultural dos sentidos atribuídos às práticas de morte física dos livros.

Lugares, bibliotecas, livrarias

Mas se as condenações, perseguições e destruições são como que o reverso das proteções, podemos dizer que as fogueiras e as queimadas de livros são as figuras invertidas da biblioteca encarregada de cuidar, conservar e preservar os livros, entendidos agora como patrimônio escrito. Reunindo livros, leitores e práticas de leitura num mesmo espaço, as bibliotecas são lugares estratégicos para a concentração, difusão e, sobretudo, organização e classificação da cultura escrita. Ainda que estes sejam os componentes de sua definição conceitual moderna, as bibliotecas podem distinguir muito entre si. Assim como outros locais de reunião e uso de livros – tais como universidades, escolas, museus, arquivos e livrarias – suas diferenças situam-se nas funções institucionais específicas, na história, na sua

⁸ Não havendo salas disponíveis, cheguei a dar aulas no pátio, com os estudantes sentados no chão, ou mesmo debaixo de árvore. A própria sala onde encontramos os livros danificados, hoje foi reformada e, ao que tudo indica, está sendo utilizada como espaço de ensino.

geografia e disposição espacial, nas características dos acervos e coleções, bem como nos usuários, frequências e formas de uso que estes lugares adquirem.

Desde o referendo em 1999, até 2003, quando então foi inaugurada a primeira biblioteca pública em Díli (Scherl, 2007:267), não haviam bibliotecas públicas no país, apenas coleções particulares. A criação de bibliotecas em Timor-Leste está, portanto, ligada ao processo mais amplo de edificação do Estado e suas instituições públicas. E a capital deste novo Estado é Díli, centro nevrálgico de projetos modernizantes, nacionais e internacionais. Com uma precária infra-estrutura, devido sobretudo à experiência destrutiva do conflito, sua paisagem urbana encontra-se em intensa transformação e reconstrução. Tudo isso frente a uma maciça presença de agências internacionais e cooperações técnicas para o desenvolvimento que canalizam, em boa medida, o modo pelo qual o capitalismo global, seus valores, linguagens e preceitos adentram no território. E as bibliotecas e livrarias podem ser entendidas como um destes lugares onde a tradução dos mundos se faz, sobretudo, através da proximidade com a cultura escrita. Além disso, elas são marcos espaciais através dos quais se pode avaliar uma certa dinâmica dos livros na vida pública da cidade. E é disto que trata esta seção, começando pela universidade.

O ensino superior se inicia no território em 1986, quando o Estado Indonésio criou a UNTIM (*Universitas Timor Timur*) e, posteriormente, a Faculdade Politécnica em Hera, localidade próxima à capital. Após a retirada do Estado indonésio a UNTL foi criada, em 2000, unindo as duas instituições anteriores, a UNTIM em Díli e a Faculdade Politécnica em Hera. Quando iniciei minhas atividades na UNTL, no campus da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL), localizado no bairro de Kaikoli, Díli, não havia nenhuma biblioteca organizada e aberta naquela faculdade. Ao deixar o país, em março de 2014, a FASPOL já possuía pelo menos três bibliotecas. Eram elas: a Biblioteca Maubere, do *Peace and Conflict Studies Center*, onde havia um considerável acúmulo de obras e títulos a respeito de Timor, sobretudo em língua inglesa; a Mediateca, talvez a mais frequentada das três, não tanto devido à seu acervo, quase todo em língua portuguesa, mas devido à presença de computadores ligados à internet e acessíveis aos estudantes; e a biblioteca da própria FASPOL, que possuía aparentemente o maior acervo das três, nas quatro línguas escritas utilizadas (inglês, português, indonésio e tetum), sendo que muito dos conteúdos das obras ofertadas voltavam-se para ciências naturais e exatas, destoando muito das temáticas próprias às ciências sociais.

Por estar ligada à um centro de pesquisa, ação política e pós-graduação (*Peace and Conflict Studies Center*)⁹ a Biblioteca Maubere situa-se num prédio apartado da FASPOL, ainda que no mesmo terreno. Com o tamanho de uma pequena sala, o espaço da biblioteca é utilizado por alunos como lugar de reunião, encontros e estudos. Diferentemente das duas outras bibliotecas da FASPOL, os principais responsáveis pela chave e gestão da Biblioteca Maubere são estudantes e um professor, o que, por um lado, coloca-a numa dinâmica mais comunitária, fornecendo um ar de liberdade e descontração ao ambiente, mas por outro lado, parece dificultar a regularidade do funcionamento da biblioteca, sem horários muito fixos e fazendo-a estar aberta apenas com a presença dos detentores da chave. Também diferentemente das outras duas, esta biblioteca é a que apresentava menos frequência de usuários, ainda que com um considerável acervo sobre pesquisas a respeito de Timor.

Há duas importantes instituições nacionais dotadas de bibliotecas públicas e acessíveis na capital. Instalado no edifício do antigo tribunal colonial português, o Arquivo & Museu da Resistência Timorese (AMRT) volta-se à história da resistência timorese – armada, diplomática, clandestina e estudantil –, possui um grande arquivo acessível apenas à pesquisadores autorizados¹⁰. O AMRT abriu em 2014 uma pequena biblioteca onde estudantes poderiam utilizar-se do espaço, dos computadores *apple* conectados à internet e dos livros alocados em uma diminuta prateleira. Entretanto, não cheguei a presenciar usuários no interior desta biblioteca.

Já o Memorial de Balide ocupa o edifício da antiga Comarca de Balide, prisão construída durante a administração colonial portuguesa, utilizada com a mesma finalidade pela FRETILIN durante a guerra civil entre 1974 e 1975, e também incorporada na rede punitiva indonésia durante os vinte e quatro anos de ocupação ilegal. Reabilitado, hoje o edifício é a sede da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), dispositivo da justiça transicional criado após a ocupação indonésia¹¹. Além dos arquivos produzidos pelo CAVR, com testemunhos e relatos

⁹ <http://pcscctl.wordpress.com>

¹⁰ O site da instituição afirma que o “Arquivo & Museu da Resistência Timorese (AMRT), criado em 2005, é uma entidade especialmente vocacionada para a preservação da memória e do património histórico nacional e para a divulgação dos valores da Luta de Resistência do Povo de Timor-Leste, especialmente junto das camadas mais jovens”. Busca sobretudo, “preservação e divulgação da Memória da Luta de Resistência do Povo de Timor-Leste, do reconhecimento e valorização social dos Veteranos, da consolidação da identidade nacional, da história contemporânea de Timor-Leste e da promoção da Paz e do respeito pelos Direitos Humanos” (<http://amrtimor.org>)

¹¹ O nascimento histórico da justiça transicional se deu nos julgamentos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial, nas cortes de Nuremberg e Tokio, quando então se buscava julgar os “graves crimes

orais acessíveis apenas à pesquisadores autorizados, o Memorial de Balide possui uma pequena biblioteca pública com duas grandes prateleiras de livros, sobretudo em língua inglesa e indonésia, que dizem respeito à Timor e suas condições no último quartel do século XX. Apesar da pertinência dos títulos, que dizem respeito à vida no território, também nesta biblioteca (de todas aqui descritas, a que mais eu frequentei), apenas encontrei ali pesquisadores estrangeiros desfrutando de seu espaço e coleção bibliográfica¹².

Ambas bibliotecas não são as atividades centrais das instituições em que estão situadas, estas voltadas ao trabalho de documentação e organização da memória da resistência e da opressão durante a ocupação indonésia, inscrevendo-se, pois, num projeto mais amplo de renarração da nação. Estas instituições timorenses exercem poder na medida em que demarcam a legitimidade de um passado, hoje, nacional e constituem lugares estratégicos para o reforço de uma memória autorizada pelo Estado, para ser acessível ao conhecimento dos timorenses, estrangeiros e turistas.

Outras duas importantes instituições com bibliotecas em Díli, inserem-se num projeto político diferenciado, principalmente, pelo discurso da lusofonia e estão diretamente vinculadas à ex-metrópole: o Instituto Camões e a Fundação Oriente. A primeira instituição constitui um dos eixos centrais da diplomacia lusitana na propagação de sua língua e cultura no mundo. Em Díli o Instituto Camões possui duas bibliotecas, uma sediada na própria reitoria da UNTL e outra situada no interior da embaixada de Portugal. Ambas localizadas no centro da cidade, próximas das principais instituições políticas da RDTL. Enquanto a biblioteca do Instituto Camões da UNTL é muito mais frequentada por estudantes, com a oferta de computadores à serem utilizados, a biblioteca localizada na embaixada é muito menos visitada, ainda que com um acervo maior. A biblioteca da Fundação Oriente, também uma

contra os direitos do homem”. Hoje, o conceito de justiça transicional se bifurca em duas formas possíveis: a do julgamento de crimes por cortes internacionais, o que não ocorreu no caso timorense; e as comissões de verdade e reconciliação, tal como aquela estabelecida na África do Sul pós-*apartheid* e que foi o único modelo que se estabeleceu em Timor-Leste. Sobre a importância do edifício, o relatório do CAVR, que apurou crimes contra os direitos humanos entre 1974 e 2000, recomenda “a preservação da Ex-Comarca de Balide enquanto património e seu uso como um centro nacional memorial das vítimas e de direitos Humanos”. (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Comarca.htm>)

¹² Além das duas instituições nacionais já citadas, destaca-se também o Arquivo Nacional que, apesar de sua importância estratégica, encontra-se atualmente em reforma e ainda não possui um ambiente adequado para a recepção de leitores e acolhimento do público. Segundo o site do Arquivo Nacional seus principais objetivos não contemplam a dimensão presente no conceito de biblioteca pública, mas visam fundamentalmente recuperar e assegurar arquivos históricos, bem como desenvolver sistemas de classificação e indexação de documentos no país. (<http://arntl.wordpress.com>)

instituição pública de portuguesa, localizada numa antiga casa de arquitetura colonial e situada na região central de Díli, no bairro de Lecidere, apresenta baixa frequência de timorenses. As vezes que lá estive, os usuários da biblioteca que vi eram todos estrangeiros, assim como eu.

Junto à estes lugares públicos de acesso aos livros e à leitura pode-se relacionar o *Xanana Gusmão Reading Room*, que não é uma instituição do Estado timorense nem português, mas uma ONG timorense fundada pela esposa do primeiro ministro homônimo da instituição e cujos recursos originam-se, sobretudo, de doadores australianos¹³. Também localizada no bairro de Lecidere a alguns passos da Fundação Oriente, o acervo de sua biblioteca é quase todo em língua inglesa. Outras ONGs onde a língua inglesa possui um lugar de destaque na comunicação escrita, como a Timor Aid e a Fundação Alola, também podem ser destacadas como detentoras de bibliotecas acessíveis, sobretudo aos jovens, ainda que não com grande representatividade, tais quais as instituições acima comentadas.

Situadas num projeto político e literário anglófono, estas últimas instituições diferenciam-se das portuguesas não só em termos linguísticos. Tanto as lusófonas quanto as anglófonas, além de abrigarem livros e ambientes de leitura, elas incentivam a escrita dos jovens timorenses através de concursos e prêmios literários periódicos. Mas são estas instituições de forte presença anglófona que organizam campeonatos e premiações para a literatura escrita na língua da maioria nacional, o tétum-praça. Muito diferente das instituições portuguesas que o fazem apenas na sua própria língua, considerada co-oficial em Timor-Leste.

Diferente das bibliotecas, as livrarias são lugares cuja concentração, exposição e oferta de obras visam fundamentalmente a comercialização. No ocidente, a história das livrarias está vinculada à história da imprensa, das sociedades de autores, bem como dos próprios consumidores destes bens mercantis que são os livros. Esta diferença, a priori não bem compreendida por alguns alunos meus se manifestou na primeira visita que fizemos à uma livraria. Ali, após uma conversa com o proprietário da loja um estudante perguntou: “já que a gente não pode vir aqui ler seus livros, porque o senhor não instala uma máquina para nós fazermos fotocópias?”. Vê-se nesta indagação como a questão da autoria e seus direitos são noções que ainda estão por serem decifradas.

¹³ Sobre o *Xanana's Reading Room* consultar:
<http://www.librariesfortimorleste.org.au/XGreadingRoom.htm>

Não há muitas livrarias em Díli. Na capital conheci três “livrarias portuguesas”, sendo que duas são da mesma proprietária, e duas “livrarias indonésias” de famílias distintas. Esta classificação nacional das livrarias da capital me foi assim apresentada por colegas e professores, contudo estas livrarias diferenciam-se não apenas pelo vínculo nacional e pela língua da maioria dos títulos oferecidos, mas também por outros elementos. As “livrarias portuguesas” estão situadas em espaços economicamente mais valorizados, duas delas encontram-se entre a Fundação Oriente e a Embaixada Portuguesa, e a terceira no novo Shopping Center da capital, o Timor Plaza. Além disso, possuem um ambiente fechado, com ar condicionado e seus livros apresentam melhores condições de conservação. Já as “livrarias indonésias” que visitei encontram-se na área comercial de Colmera. São abertas e sem ar condicionado, o que faz a poeira e o calor da rua invadirem o ambiente. Por isso muitas obras ali expostas estão envolvidas em sacos plásticos transparentes. Como nestas livrarias os livros são sempre mais baratos e o como o timorense consumidor de livros (penso aqui, sobretudo, nos professores formados durante a ocupação indonésia) dominam pouco o português, elas são muito mais frequentadas pelos nacionais. Entretanto, tanto nas “livrarias portuguesas” quanto nas “indonésias”, a esmagadora maioria dos títulos não dizem respeito à Timor, sendo que as poucas obras referidas ao território, as mais procuradas e demandadas, estão quase sempre alocadas em sítios de destaque nas prateleiras.

As bibliotecas e livrarias acima comentadas constituem, portanto, os principais, mas não os únicos, lugares públicos de concentração de livros na capital¹⁴. A organização destes lugares projeta uma paisagem de livros (*bookscape*) cujas

¹⁴ Seria necessário considerar neste rol de estabelecimentos, as bibliotecas das embaixadas e outras agências de cooperação técnica, tais como a US Aid e a AUS Aid. Cidade pequena, com cerca de 150 mil habitantes, Díli apresenta mais de 20 representações diplomáticas dos mais variados países. A própria embaixada brasileira possui uma pequena biblioteca no fundo de seu terreno, mas as condições de uso são restritas, sobretudo, aos cidadãos brasileiros e o atual corpo diplomático ainda não sabe o que fazer com os livros ali existentes. Em conversa com professores brasileiros (e para desgosto destes) o próprio embaixador brasileiro afirmou querer extinguir a biblioteca doando todos os livros ali presentes. Também não foi discutido aqui o lugar dos livros nas escolas da capital. Não sendo o objetivo deste ensaio é importante frisar que no sistema escolar timorense, também em construção e intensa transformação, ainda há pouca presença de bibliotecas (exceções são as escolas privadas) e uma sobrevalorização do lugar dos “manuais” como artefato letrado central para a prática pedagógica. O próprio manual utilizado no primário e secundário em Timor é produzido além mar, em Portugal e em língua portuguesa. O que faz com que muitas vezes os professores, formados no período da ocupação indonésia, tenham mais dificuldade de decifrá-lo que seus jovens alunos, em formação no período pós-independência, que tendem a possuir mais familiaridade com o idioma de Camões que seus mestres. Haveria também que se interrogar sobre as experiências das “livrarias comunitárias” ou “ambulantes” que têm se desenvolvido no território, sobretudo, no esforço de levar livros ao montanhoso interior do país.

principais clivagens situam-se, pois, nas diferentes tradições letradas que se encontram e se cruzam no território. Com isso, as bibliotecas da capital materializam-se no interior de instituições responsáveis por difundir diferentes projetos nacionais e linguísticos, lusófonos, anglófonos e tetumófonos, que nem sempre compactuam. Por outro lado, as livrarias revelam a hegemonia linguística portuguesa e indonésia na organização do mercado de livros em Díli.

Redes de texto que não se fecham

A maioria dos livros de Timor vêm de fora. Os escritores e as editoras são “malae”, como se diz em tétum, são estrangeiros. E a entrada e chegada dos livros no território são momentos importantes no qual os sujeitos envolvidos elaboram eventos rituais e discursos especiais sobre o valor destes objetos. Em sua etnografia das cooperações internacionais em Timor-Leste, a antropóloga Kelly Silva utiliza-se dos conceitos maussianos de dom e dádiva para mostrar como as doações dos “parceiros do desenvolvimento” acabam por definir o próprio *status* das nações e das nacionalidades do doador, criando vínculos entre as pessoas e as coisas intercambiadas, e estabelecendo distinções e valores diferenciais com outros doadores, objetos dados e seus respectivos projetos civilizatórios e visões de mundo. Ao analisar Feira do Livro Lusófono de 2003, em Díli, Kelly Silva descreve como livros também são instrumentalizados em função da afirmação de uma língua que aparece neste contexto fortemente associada à outras noções como a de um suposto caráter a-histórico e universal da colonização portuguesa. Tal como no conceito freyreano de lusotropicalismo, que afirma a contribuição luso-ibérica na mestiçagem cultural dos território conquistados mas não problematiza o movimento contrário das colônias para a Metrópole, Kelly Silva identifica no contemporâneo discurso da lusofonia em Díli um registro colonial que afirma a centralidade e prioridade portuguesa sobre o conjunto das nações e culturas que compõe a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) da qual Timor-Leste integra (Silva, 2012).

Quando estive na V Feira do Livro em Díli de 2012, ainda não havia lido o trabalho de Kelly Silva, e estranhou-me sobremaneira a inexistência de um discurso respeito das práticas de escrita e leitura no conjunto programação do evento. Ausência esta manifesta por mim em artigo publicado na *Revista Akademika* dos estudantes da UNTL (De Lucca, 2012). Ao ignorar aquilo que aos meus olhos era a “função

existencial” dos livros, a Feira converter-se-ia na celebração de outro que não a experiência literária. Este outro era justamente a ideia de Lusofonia como uma comunidade imaginada que ultrapassava fronteiras nacionais e cujas linguagens, valores e referências mobilizados, lembravam as exposições coloniais portuguesas que ratificavam visualmente a associação direta entre nação e império, agora em tempos pós-coloniais. Ainda que um dos principais objetivos da V Feira do Livro Lusófona fosse anunciado como o de “promover a literatura” as ações levadas à cabo pelo evento – visita de embaixadores e políticos timorenses e portugueses, sessão de assinaturas e autógrafos por Xanana Gusmão, venda de livros em promoção, apresentação de corais e grupos de música, mas nenhum debate sobre literatura ou oficinas de escrita e leitura – não pareciam apontar para tal.

Mais do que promover a literatura, a Feira do Livro em Díli, pareceu ser um destes momentos especiais no qual as dádivas bibliográficas são celebradas em formas rituais de poder. Portanto, “ofertar livros” é um importante exemplo daquilo que se pode fazer e praticar com os livros em Díli. Estas dádivas trazem consigo, além de livros com línguas e textos específicos, visões de mundo e projetos civilizatórios distintos, legitimam alianças institucionais e cooperações internacionais, bem como justificam a importância da associação entre os doadores e os recebedores de livros e a demarcação de suas posições assimétricas.

Mas ao que tudo indica, o livro não é mais o meio fundamental através do qual o texto penetra e circula no território timorense. Dos arquivos digitais, ebooks e notícias da internet originam boa parte dos textos lidos em Timor, sobretudo pelos mais jovens. Ainda que muitos estudantes da UNTL não possuam computador, ou mesmo que não possuam energia elétrica em casa para usá-los, estes podem ser acessados dos terminais de algumas bibliotecas, e parecem definir inclusive um importante motivo de frequência nas bibliotecas pelos jovens. De todo território nacional, apenas Díli possui energia elétrica 24 horas por dia, ainda que com costumeiras quedas na luz. Também a conectividade ali é precária e baixar arquivos pela internet, mesmo leves, é algo muito demorado quando se consegue. Alguns estudantes da UNTL que não possuem computador leem textos no próprio celular, o que permite uma maior liberdade corporal e espacial para a prática da leitura. Pode-se ler em qualquer jeito e lugar, desde que a bateria do celular não acabe.

Com isso, os suportes textuais importam muito na medida em que definem um modo de apropriação por parte do usuário e participam do processo de dotação de

sentido do texto escrito. Deste modo, o livro é um objeto inserido numa rede de textos muito mais vasta, cujos distintos suportes materiais podem assumir a forma de um jornal, um manuscrito, um cartaz de rua ou a tela de algum dispositivo eletrônico. Todos estes constituem importantes suportes textuais hoje em Timor e não devem ser entendidos como termos em oposição, mas em composição. E nesta coabitação dos diferentes meios de comunicação escritos está incluída a milenar cultura oral presente na ilha. Pois como afirma Jack Goody “A chegada de um novo meio de comunicação não substitui o anterior, mas acrescenta algo e o altera. A fala acrescenta algo ao gesto, a escrita à fala, os meios eletrônicos à escrita” (Goody, 2012a:144).

Ao interrogar o lugar do livro em Díli, este ensaio pretendeu abordar algumas de suas dimensões extra-literárias ou para-literárias, destacando para isso a cultura material que o envolve: práticas históricas, práticas de destruição, alocações e doações. A identificação do livro na sociedade da capital timorense também permitiu revelá-lo como um marcador social da diferença em Timor. São diferenças linguísticas, de *status*, nacionais, econômicas e urbanas. Todas manifestas pelo tipo de relação estabelecida com certos livros. Tais relações são condicionantes de boa parte das práticas de leitura e escrita em Timor, e por isso mesmo devem ser avaliadas nos projetos de formação de leitores e escritores no país. Os livros pensados como suportes materiais, assim como as práticas a ele direcionadas e os lugares nos quais são reunidos, também podem ser entendidos como condição de possibilidade da prática literária.

Mas se a cultura escrita parece não estar fortemente incorporada na vida social timorense, é importante considerar que pelo menos o livro já possui um lugar marcado no sistema de pensamento oral e na cosmologia nativa da ilha. Como atesta o próprio mito do irmão mais novo que conta a história de dois irmãos nascidos na ilha mas que se separam. O irmão mais novo é aquele que parte e consigo carrega, dependendo da versão, lápis e papel, ou um livro, ou uma bandeira, ou mesmo um tambor. Enquanto viaja pelo mar, à norte ou à ocidente, a ilha de Timor vive a guerra, *funu*. Importa dizer que ao voltar o irmão mais novo torna-se, *sorot malae*, estrangeiro do livro ou do conhecimento, ou como português. Com a chegada do irmão mais novo a terrível indiferenciação da guerra é posta a termo e ambos irmãos passam a assumir posições de comando: enquanto o mais velho, ligado à terra, assume a autoridade espiritual; o mais novo, ligado ao saber da viagem, assume o poder temporal. Este mito de fundação timorense reforça a importância da complementaridade entre a

tradição da terra e o conhecimento além mar. Haveria que se interrogar melhor sobre como nesta relação a oralidade timorense envolve e se transforma frente à escrita.

Poucos ou muitos, Timor-Leste possui livros. Esforcei-me aqui em decifrar o que é feito deles, restaria perguntar-se sobre quais leituras são ali efetuadas, pois como diz Chartier:

Aqueles que são considerados não-leitores lêem, mas lêem coisas diferentes daquilo que o cânone escolar define como uma leitura legítima. O problema não é tanto o de considerar como não-leituras estas leituras selvagens que se ligam a objetos escritos de fraca legitimidade cultural, mas é o de tentar apoiar-se sobre essas práticas incontroladas e disseminadas para conduzir esses leitores, pela escola mas também sem dúvida por múltiplas outras vias, a encontrar outras leituras (Chartier, 2009:104).

Bibliografia

Aditjondro, George, **Timor Lorosa'e on the crossroad – Timor Lorosa'e's transformation from Jakarta's colony to a global capitalista outpost**, Jakarta: CeDSoS; 2001.

Anderson, B., **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**, São Paulo: Companhia das Letras; 2008.

_____, “Imagining Timor-Leste”, In:

Cardoso, L. **Crónica de uma Travessia: a época do Ai-Dik-Funam**, Lisboa: Dom Quixote; 1997.

Chartier, Roger, **Cultura Escrita, Literatura e História**, Porto Alegre: Artmed; 2001.

_____, **A Aventura do Livro – do leitor ao navegador**, São Paulo:UNESP/Imprensa Oficial; 2009.

Chaves, Rita. **A formação do romance angolano**. São Paulo: Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa. 1999

Costa, Luís, **Dicionário de Tétum-Português**, Lisboa: Instituto Camões/Colibri; 2001.

Barbosa, Damares, **Roterio da Literatura de Timor-Leste em Língua Portuguesa**, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, FFLCH-USP, 2013.

Durand, F. **História de Timor-Leste**, Lisboa: Lidel; 2010.

- Esperança, J. P., “Um brevíssimo olhar sobre a literatura de Timor”, In: **O que é lusofonia/Saida maka lusofonia**, Díli: Instituto Camões; 2005
- Garmes, Helder, **Oriente, engenho e arte**, São Paulo: Alameda Casa Editorial; 2004.
- Goody, Jack, **O mito, o ritual e o oral**, *Petrópolis: Vozes*; 2012a.
- _____, **A domesticação da mente selvagem**, *Petrópolis: Vozes*; 2012b.
- Gunn, G. C. **Timor Loro Sae – 500 anos**, Lisboa: Fundação Oriente; 1999.
- _____, “A Ocupação Indonésia de Timor-Leste” In: Silva, K., Simião, D., **Timor-Leste por trás do palco – cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**, Belo Horizonte: Humanitas/UFMG; 2007.
- Rosa, F., D., “*Uruvatju e Tjiapu*: genealogias invisíveis da etnografia missionária em Timor-Leste”, In: Nácher, A. **Léxico Fataluco-Português**, Díli: AECID/Dom Bosco Timor-Leste; 2012.
- Scherl, I “Desafios e lições aprendidas na implementação de um programa de educação de adultos em Timor-Leste”, In: Silva, K., Simião, D., **Timor-Leste por trás do palco – cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**, Belo Horizonte: Humanitas/UFMG; 2007.
- Silva, Kelly, **As Nações Desunidas – Práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste**, Belo Horizonte: UFMG; 2012.
- Silva, K., Souza, L., **Ita Maun Alin... O livro do irmão mais novo – afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste**, Lisboa: Edições Colibri; 2011.
- Tanter, R., Selden, M., Shalom, S. (orgs.), **Bitter Flowers, Sweet Flowers – East Timor, Indonesia and the World Community**, Boston, EUA: Pluto Press; 2001.
- Thomaz, Luís Filipe, **Babel Lorosa’e: o problema linguístico de Timor-Leste**, Lisboa: Instituto Camões; 2002.
- Thomaz, Omar Ribeiro, **Ecos do Atlântico: Representações sobre o Terceiro Império Português**, Rio de Janeiro: editora UFRJ/FAPESP; 2002.

Webgrafia

- De Lucca, Daniel (2012), “Festa do Livro em Díli, Timor-Leste”, Revista Akademika, In: <https://pt.scribd.com/doc/116830172/Festa-Do-Livro-Em-Dili-Timor-Leste>
- Esperança, J. P. (2013) “Nova Literatura de Timor-Leste começa a desabrochar”, artigo descrevendo a nova literatura tetumófona timorense. Blog *hanoin oin oin* disponível em: jpesperanca.blogspot.com.br

Lutz, N. M. (1995), “Colonization, decolonization and integration: language policies in East Timor, Indonésia”. <http://www.ci.uc.pt/timor/language.htm>